

08/07/2019

O projeto pedagógico da Conferência Nacional de Saúde

Gideon Borges dos Santos

[Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.
Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz]

O mês de agosto de 2019 entrará para a história da saúde pública no Brasil pelo acontecimento da 16ª Conferência Nacional de Saúde, ou como está sendo politicamente denominada de 8ª + 8, com a promessa de trazer à tona os mesmos temas de 1986, quando foi realizada a mais popular de todas as conferências.

Apesar de reconhecer todos os ganhos que a saúde pública obteve nos últimos 30 anos, qualquer usuário da atenção básica no Rio de Janeiro pode testemunhar o quanto o SUS ainda precisa avançar. A aparente repetição histórica seria evidente se fosse tratada como evento comemorativo ou se desconsiderássemos o contexto atual onde reina um sentimento de ameaça e perda de direitos.

Ocorre que a saúde pública brasileira precisa efetivamente oferecer serviços de qualidade à população em todos seus aspectos e níveis, algo prometido desde a promulgação da Carta Constitucional de 1988.

E de fato, ao trazer novamente à reflexão os mesmos temas que garantiriam a sustentabilidade do SUS há 33 anos, a 16ª conferência não somente replica o que foram os antecedentes da criação do SUS, como também assinala um movimento de resistência para garantir aquilo que desde 1986 ainda não conseguimos fincar. O principal ganho dessa escolha é evidentemente político, na medida em que o evento promete, primeiro, lembrar que o SUS é uma conquista popular e se estabeleceu em torno de princípios que expressaram um ideário de sociedade; segundo, pretende restabelecer princípios que os desafios do cotidiano e o campo ideológico nos faz esquecer: saúde é direito e se efetiva com política de financiamento e garantia de sustentabilidade. Os sentidos e conteúdos políticos desta 16ª, além dos ganhos que ela potencialmente trará para o país, não é exatamente o que iremos examinar aqui, mas as possibilidades que as conferências, de um modo geral, podem trazer para estruturar a sociedade democrática e formar o cidadão. Se o objetivo é pretensioso demais, considerando que eventos desta natureza expõem uma parcela ínfima da população em um período relativamente curto, se compararmos com o tempo e a quantidade de indivíduos expostos a outras instituições, como a escola pública, pode-se dizer que a 8ª Conferência Nacional de Saúde foi um exemplo bastante consistente de participação popular e fortalecimento da política de saúde do país.

O fato é que a democracia somente pode existir por meio das suas instituições e estas, por sua vez, pressupõe a presença de indivíduos democráticos.

É claro que do ponto de vista da formação humana sempre nos defrontamos com um paradoxo, no qual somente se pode educar um sujeito democrático se lhe forem apresentadas situações cuja democracia seja um exercício. Contudo, como exercer a democracia se o sujeito não é formado democrático? Estamos falando daquelas atividades humanas cujo resultado somente pode ser conquistado pela reflexão dos próprios atos e principalmente por meio da prática.

Em outras palavras, não basta conhecer a teoria e a história das democracias, nem saber como elas nascem ou morrem, para efetivamente ser um democrata.

Aquilo que parece ser um jogo de palavras é na verdade uma espécie de atividade que se realiza em ato e deixa de existir se não for praticada, pois o passado e o futuro não oferecem garantia alguma de sua realização.

O fato é que em toda sociedade, o indivíduo se faz democrático na e pela democracia. Isto, por exemplo, explica porque o maior especialista no tema pode ser o mais draconiano dos sujeitos e o total ignorante nesses assuntos pode ser o mais democrata dos homens.

As conferências são, portanto, um espaço de prática da democracia e, ao mesmo tempo, de aprendizado da própria experiência democrática. Não porque é um cenário de debate de ideias, de busca por consensos e expressão do desejo da maioria. Mas por tratar-se de um movimento cuja capacidade para lidar com a diferença torna-se uma exigência. E, a despeito da capacidade de articulação e persuasão, convencimento e negociação estarem sempre em jogo, nenhuma ideia verdadeiramente vitoriosa pode ser consensual na sua forma original, sem qualquer retoque de diferença pela opinião do outro.

Desse ponto de vista, as conferências não apenas são partes totais de uma sociedade democrática, como ajudam a construir a própria democracia.

Essa perspectiva, no entanto, não torna as conferências espaços para aprendizes de feiticeiros que, em determinado momento, precisam da ajuda do mestre para desfazer o feitiço porque este somente pode ser invocado por aqueles capazes de controlá-lo. Na verdade, a democracia não é um conhecimento especializado do domínio de mestres e sábios porque resulta da capacidade humana de agir em conjunto. Essa talvez seja uma das maiores fragilidades dos regimes democráticos contemporâneos.

A ausência efetiva de espaços coletivos nos quais a sociedade possa refletir e dissolver seus próprios problemas cria a mais absoluta incapacidade de enfrentar e conviver com aquilo que se mostra divergente. Ocorre que a exigência de abertura para acolher a diferença e a crítica é o modo de ser que interessa ao democrata.

Afinal, somente o tirano deseja a igualdade das coisas, dos seres e das ideias. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.